

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.725 - RS
(2019/0040403-1)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : NOELI DE FATIMA DE SOUZA
AGRAVANTE : ADAIR MACHADO
ADVOGADOS : JOSÉ LUIS FUCKS BATISTA - RS066972
NEUSA DOLORES LEMKE BATISTA - RS057816
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SANTO ANGELO
PROCURADOR : LUCIANO SAHYM - RS043558
INTERES. : IGOR DE SOUZA MACHADO

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por NOELI DE FATIMA DE SOUZA e outro, contra decisão de fls. 708-712, que não conheceu de seu agravo em recurso especial, por entender que a recorrente não impugnou todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o seu recurso especial, notadamente quanto à impossibilidade de analisar violação aos arts. 1º, III, e 5º, XXII, XXIV e LIV, da Constituição Federal em sede de recurso especial.

No presente recurso a parte recorrente sustenta que, "ao contrário do que entendeu a r. monocrática, os Agravantes impugnaram especificamente o fundamento de que se trata, sustentando e demonstrando que as menções a normas constitucionais, em especial violações aos artigos 1º, III, e 5º, XXII, XXIV e LIV, da Constituição Federal em sede de Recurso especial, se deram apenas a título ilustrativo" (fl. 717, e-STJ).

Sem impugnação.

Assim delimitada a controvérsia, analiso o recurso.

Verifico que assiste razão aos recorrentes, quanto à desnecessidade de impugnação ao fundamento da decisão que não admite o recurso especial, por entender pela impossibilidade de análise de dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, conforme ocorreu no presente caso.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA.
RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER
CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE FORNECIMENTO DE

Superior Tribunal de Justiça

MATERIAL PARA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

1. A necessidade de impugnação específica - prevista no art. 932, III, do CPC/2015 e Súmula 182/STJ - não se aplica ao fundamento relativo à violação de norma constitucional, pois se trata de matéria a ser apreciada no recurso extraordinário. Com isso, reconsidera-se a decisão agravada, passando-se a novo exame do recurso.

2. Alegação de ofensa a dispositivo constitucional é matéria própria de recurso extraordinário, sendo incabível sua apreciação em recurso especial, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao eg. Supremo Tribunal Federal (CF, art. 102). 3. É possível que o plano de saúde estabeleça as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado, sendo abusiva a negativa de cobertura do procedimento, tratamento, medicamento ou material considerado essencial para sua realização de acordo com o proposto pelo médico. Precedentes.

[...]

(AgInt no AREsp 1.461.497/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 27/8/2019).

Dessa forma, **reconsidero** a decisão agravada e passo à análise do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 404, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. POSSE. BENS IMÓVEIS. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE E AÇÃO PARA RECONHECIMENTO DE IMPROPRIEDADE DE BEM IMÓVEL PARA REASSENTAMENTO DE FAMÍLIA C/C PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMÓVEL E DANOS MORAIS. AÇÕES CONEXAS. JULGAMENTO CONJUNTO. SENTENÇA UNA. PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. ÁREA PÚBLICA. O ente público tem posse jurídica dos bens públicos que lhe assegura proteção possessória. O particular somente pode exercer posse exclusiva de bem público mediante autorização, concessão ou permissão obtida por vias regulares e a ocupação irregular caracteriza esbulho do bem comum e autoriza reintegração. - Circunstância dos autos em que

Superior Tribunal de Justiça

comprovado o esbulho sobre área pública; e se impõe manter a sentença. AÇÃO PARA SUBSTITUÇÃO DE BEM. REPARAÇÃO DE DANO. ÔNUS DA PROVA. Ao autor cabe provar os fatos constitutivos do direito que alega; e ao réu os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, como disposto no art. 373 do CPC/15. - Circunstância dos autos em que se impõe manter a sentença recorrida. RECURSOS DESPROVIDOS.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados.

No recurso especial, além de divergência jurisprudencial a parte recorrente aponta violação aos artigos 373, 479, 489, 561 e 1.022 do CPC/2015; art. 2º, IX, da Lei n. 10.257/2001; arts. 186 e 187 do Código Civil.

Inicialmente alega negativa de prestação jurisdicional.

Sustenta inadequação do imóvel destinado à realocação da família, diante das condições insalubres e progressiva deterioração.

Salienta que o imóvel não comporta a família dos recorrentes, na medida em que composta de 6 (seis) integrantes.

Afirma que o acórdão recorrido desconsiderou os elementos conclusivos da prova pericial.

Aduz não estarem provados os requisitos do pedido reintegratório.

Alega a prática de ato ilícito pelo Município, ferindo a dignidade humana dos recorrentes.

Contrarrazões apresentadas.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Quanto à alegada violação dos artigos 489 e 1.022 do CPC de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses dos recorrentes, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração, nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Superior Tribunal de Justiça

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe 3/8/2016.

Quanto ao mérito o recurso também encontra-se inviabilizado pela Súmula 7/STJ: "*A pretensão de simples reexame de provas não enseja recurso especial*".

Com efeito o Tribunal de origem solucionou a controvérsia à luz do conjunto fático-probatório dos autos, conforme se verifica:

No entanto, a prova quanto ao imóvel objeto de reassentamento dos apelantes, embora contenha alguns vícios de construção, não torna inviável a moradia pela família e ainda com serviços públicos essências em seu em torno.

Neste contexto, as questões de direito e fáticas do caso concreto não levam à solução diversa daquela aplicada na sentença de cujo teor se colhe fundamentos:

(...) Relativamente aos pedidos intentados na ordinária de reconhecimento de impropriedade do imóvel destinado a reassentamento, com a consequente substituição por outro que apresente melhores condições para moradia, não merece prosperar.

Descabe impor qualquer determinação nesse sentido ao ente municipal, pois, em que pese a testemunha ouvida em juízo (CD, fl. 178) tenha feito referência à precariedade existente no local, relacionada, mormente, à exiguidade do espaço físico no imóvel, à inexistência de área de lazer, ao serviço ineficiente de limpeza da rede de esgotos e aos problemas com a segurança pública, ao que se depreende da perícia realizada nos autos por profissional competente e habilitado, o imóvel para onde foram realocados os litigantes estão em condições da habitabilidade.

De acordo com o laudo de fls. 154-169 do p. nº 029/1.11.0007872-2, há, de fato, falhas estruturais no imóvel objeto do litígio, que necessitam de reparos e intervenções, pois tendem a evoluir lenta e progressivamente, interferindo na solidez da edificação, podendo futuramente comprometer a estabilidade parcial ou geral da construção.

No entanto, em que pese verificada a existência de

defeitos/danos, o expert referiu que o imóvel foi construído de acordo com o projeto técnico e memorial descritivo constante nos autos, que não há risco no momento aos moradores, podendo os problemas serem reparados (quesitos: "6" da fl. 163, "4" da fl. 164 e "40" da fl. 168, todos do p. nº 029/1.11.0007872-2).

Deste modo, estando em condições de habitação o imóvel oferecido pelo Poder Público, não vejo como impor ao Município que proceda ao realocamento dos litigantes em outro imóvel, de modo a minimizar as dificuldades que relatam em sua inicial.

Com efeito, vale ressaltar que o Município possui suas próprias políticas públicas, decorrentes das escolhas e opções do Poder Legislativo e do Poder Executivo municipais, políticas que levam em conta as necessidades da região e a disponibilidade de recursos para sua implementação.

E, ao concreto, não disponho de elementos de convicção suficientes para respaldar uma determinação judicial capaz de colidir com essas políticas públicas. Não há como exigir que o Município faça mais do que construir imóveis balizados em questões técnicas e orçamentárias adequadas - o que, de acordo com a perícia, já foi atendido na hipótese.

Sendo assim, a improcedência do pedido é medida que se impõe.

(...)

Naquela linha merece destaque o parecer da Procuradoria de Justiça:

(...)

Remanesce, nesse sentido, a problemática atinente às condições de habitabilidade do imóvel objeto do reassentamento, isto é, para o qual foram conduzidos os moradores que estariam ocupando a área de preservação ambiental. Em primeiro lugar, há de se registrar que existem dois pleitos que, ainda que se conectem no plano fático, são relativamente distintos e independentes no plano jurídico. Em palavras singelas, inexistente causa jurídica que conceda amparo à posse dos apelantes em relação ao bem objeto da ação possessória. Isso é indisputável. No entanto, em segundo lugar, é importante sublinhar que, uma vez concretizado o dever constitucional do Ente Público de reassentar as famílias que viviam em situação irregular, essa concretização deve permitir aos moradores o exercício do direito à moradia em condições

efetivamente dignas. É isso, em suma, que se aborda na análise dos pedidos manejados pelos ora recorrentes.

Mas o conteúdo probatório produzido nos autos não indica que o reassentamento tenha deixado os apelantes em situação indigna, habitando imóvel insalubre e despido de qualquer condição de abrigar a residência da família. A prova decisiva para sustentar essa conclusão é a pericial, com base em laudo elaborado por profissional técnico e anexado às fls. 154/169.

Note-se que a região é abarcada por serviços públicos essenciais, como energia elétrica, água, telefone, rede viária, coleta de lixo e calçamento de basalto irregular (fl. 157). O imóvel efetivamente contém vícios na construção, especialmente em relação a problemas de impermeabilização, o que tem ocasionado vazamentos e infiltrações. Essa é a conclusão fundamental - em termos de danos estruturais - depreendida do laudo pericial.

Ocorre que a existência desses problemas não torna o imóvel inadequado para habitação. Não há elementos suficientes para amparar a tese autoral relativa à condição de insalubridade do local. Trata-se, é certo, de um imóvel de padrão simples e de uma construção que possui, como se infere do laudo técnico, um conjunto de problemas. Porém, nada há nos autos que dê amparo à realocação dos moradores para outra área, em condições melhores. Infelizmente, a realidade de escassez de recursos impõe limitações, de certa maneira rígidas, à análise dessa espécie de pleito na seara do Poder Judiciário. A efetivação do direito à moradia se concretiza em um cenário não ideal, no qual o Ente Público tem de lidar com escolhas e, mais ainda, tem de construir políticas públicas de caráter universal. Ainda que em outro sentido, a universalidade também é exigida da jurisdição, que somente deve acolher pleitos de realocação se, em juízo hipotético, pudesse acolher todos os outros que apresentassem o mesmo quadro fático. Não há como tratar cada demanda simplesmente em seu aspecto individualizado, pois a obrigação estatal relativa ao direito à moradia é devida a todos os membros da comunidade política, ao mesmo tempo.

(...)

Finalmente, não havendo ilegalidade na conduta do ente público, mas exercício regular de um direito, inclusive, com reassentamento da família, não há que se falar em indenização por danos morais.

Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, ao autor cabe provar os fatos constitutivos do direito que alega; e ao réu os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos, como disposto no art. 373 do CPC/15.

Circunstância dos autos em que se impõe manter a sentença recorrida.

De fato, o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que *"se o particular passa a ocupar imóvel público sem que houvesse sido formalmente autorizado a tanto, ele está procedendo de forma evidentemente irregular [...] a ocupação, a exploração e o uso de bem público só se admitem se contarem com expresso, inequívoco, válido e atual assentimento do Poder Público"* (REsp 1.370.254/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/11/2016).

Ademais, verifica-se que a parte recorrente não impugnou fundamento suficiente para manter incólume o acórdão recorrido, no sentido de que *"o ente público tem posse jurídica dos bens públicos que lhe assegura proteção possessória. O particular somente pode exercer posse exclusiva de bem público mediante autorização, concessão ou permissão obtida por vias regulares e a ocupação irregular caracteriza esbulho do bem comum e autoriza reintegração"*, o que atrai a incidência analógica da Súmula 283/STF à espécie.

Quanto ao preenchimento dos requisitos para a reintegração de posse e às questões relativas ao ônus da prova, a modificação do acórdão recorrido esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, uma vez que fundamentado à luz do conjunto fático e probatório dos autos.

Por fim, o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado nos termos em que determina a lei e o Regimento Interno do STJ, uma vez que a parte recorrente deixou de apontar a similitude fática entre o acórdão recorrido e os julgados por ela indicados, bem como de proceder ao necessário cotejo analítico, inviabilizando o conhecimento do recurso pela alínea "c", do art. 105, III, da Constituição Federal.

Nesse sentido, incide o óbice da Súmula 284/STF.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) -
AÇÃO CAUTELAR INOMINADA - DECISÃO

Superior Tribunal de Justiça

MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO.
INSURGÊNCIA DA PARTE AUTORA.

1. A interposição do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional exige que o recorrente cumpra o disposto nos arts.

1029, § único, do NCPC e 255, § 1º, a, e § 2º, do RISTJ. Na espécie, o recorrente limitou-se a transcrever a ementa do julgado paradigma, não atendendo aos requisitos estabelecidos pelos dispositivos legais supramencionados, restando ausente o necessário cotejo analítico a comprovar o dissídio pretoriano e a similitude fática.

2. Outrossim, a ausência de indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, caracteriza a deficiência na fundamentação do recurso, a atrair o óbice da Súmula 284 do STF. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.103.058/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 23/3/2018).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Quanto à majoração da verba honorária em razão do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, mostra-se incabível uma vez que já houve a sua fixação no limite máximo pelas instâncias de origem.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora